

Políticas de inclusão de crianças com necessidades específicas nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins

Krissia Pereira Pimentel ⁽¹⁾,
Ana Carolina Nogueira Falcão ⁽²⁾ e
Joyce Duailibe Laignier Barbosa Santos ⁽³⁾

Artigo publicado em outubro/2017

Resumo – As palavras educação e inclusão, cada vez mais relacionadas nas redes de ensino, compreendem a pessoa com deficiência, e também a família, a escola e a comunidade. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como foco analisar as políticas de inclusão das crianças com necessidades específicas nas escolas regulares de ensino na cidade de Paraíso do Tocantins. Com este estudo, buscou-se analisar se a rede municipal tem buscado disponibilizar Atendimento Educacional Especializado (AEE) de qualidade nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), e a relação de convívio que esses alunos estabelecem com seus colegas e professores nas classes regulares e nas SRM. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário aos professores das SRM da rede municipal de ensino. Serviram como *locus* da pesquisa as sete escolas municipais que atendem desde o ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental, e disponibilizam o AEE. Pretendeu-se discutir os direitos assegurados por lei e a real assistência oferecida pelas escolas inclusivas. Aqui se analisou quais as necessidades das escolas municipais, como esse trabalho é desenvolvido, como as SRM podem apoiar o aluno inserido nesse espaço e o que dificulta o trabalho de inclusão nas escolas do município. Por fim, através deste estudo pontual, foi possível refletir sobre o processo de inclusão, como ele vem acontecendo e contribuindo para o desenvolvimento de diversas crianças com algum tipo de necessidade que hoje estão inseridas nas escolas regulares de ensino.

Termos para indexação: educação, inclusão educacional, inserção social, necessidades especiais, políticas públicas

Inclusion policies of children with specific needs in the municipal schools of Paraíso do Tocantins

Abstract – The words education and inclusion increasingly appear related to Education Networks, and comprises the disabled person, but also the family, the school and the community. In this context, this research focuses on analyzing the inclusion of children with specific needs policies in regular education schools in the city of Paraíso do Tocantins. This study sought to examine whether the Municipal Network has sought to provide Specialized Educational Services with quality in Multifunction Resource Rooms (MRR), and the convivial relationship that these students have with their peers and teachers in regular classes and in MRR. The methodology used was the application of a questionnaire to teachers of MRR in the Municipal School Network, being the places of research seven municipal schools of kindergarten to 5th grade of elementary school, those which provide the Specialized Educational Services. It was intended to discuss the rights guaranteed by law and real assistance offered by inclusive schools, analysis of the needs of the Municipal Schools, how this work is

¹ Graduanda do Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas -Tocantins. *krissia2p@gmail.com

² Professora Orientadora. Graduada em Administração, pela Universidade Institutos Paraibanos de Educação. Mestra em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Administradora na Universidade Federal do Tocantins. Docente do Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública. Palmas-Tocantins. *anacarolina@ifto.edu.br

³ Co-orientadora. Graduada em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal do Tocantins. Gestora Pública na Universidade Federal do Tocantins. Palmas-Tocantins. *joyce.duailibe@uft.edu.br

done, and how the MRR can support the student in this space and what may make the inclusion work difficult in local schools. Finally, through this study it was possible to reflect on the inclusion process, as it has been going on and contributing to the development of several children with some kind of need that are now placed in regular schools of education.

Index terms: education, educational inclusion, social inclusion, special needs, public policy

Introdução

Discutir o processo de inclusão educacional é de extrema importância, porque, ainda hoje, existe uma luta contra os preconceitos e as diversas problemáticas relacionadas à inserção social de pessoas com necessidades específicas. Com base nesse pensamento, Cordeiro (2015, p. 2) destaca que:

refletir sobre inclusão escolar é repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e redefinir o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. Inclusão é garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Por esse motivo, a educação deve manter em sua proposta pedagógica a inclusão e o respeito às diferenças, desenvolvendo nesse espaço uma cultura diferenciada, de modo a promover mudanças sociais.

A expressão “portador de deficiência” atualmente é substituída pela expressão “pessoas com necessidades específicas”, porque há o entendimento que todos nós temos nossas necessidades individuais, dificuldades e limitações, desfazendo, assim, o conceito entre “normal” e “anormal”. Seguindo essa linha de pensamento, Sá (2010) defende que essa expressão pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas altas habilidades ou de suas dificuldades para aprender. Pode estar associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

Paris (2014) acredita que a necessidade específica não deve ser vista como um impedimento da criança na escola onde está inserida. A autora defende que o contato destas crianças com as outras, em classe de ensino regular, faz desenvolver sentimentos de respeito, compreensão, solidariedade, o que lhes mitiga o sentimento de exclusão.

Ainda conforme Paris (2014, p.1) “a convivência com todos, e o enfrentamento de desafios cotidianos são essenciais para a aprendizagem. As crianças crescem convivendo na diversidade, que está em toda a parte”. Atualmente há uma grande preocupação das instituições em inserir no ensino regular crianças e jovens que, pelos mais diversos fatores, se sentem postos de lado em uma comunidade em constante mudança.

Com isso, pretende-se responder às seguintes questões: As escolas municipais de Paraíso do Tocantins estão, de fato, desenvolvendo as políticas de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas propostas em leis regulamentares? As salas de recursos multifuncionais funcionam efetivamente, disponibilizando material e estrutura suficiente para atendimento dos alunos?

Para a análise da questão da gestão pública no processo de inclusão escolar, esta pesquisa aborda o trabalho do município de Paraíso do Tocantins em direção a uma escola inclusiva, através de propostas educativas destinadas a alunos com necessidades educacionais específicas.

Assim, o trabalho pretende analisar se a rede municipal de ensino busca organizar a construção e a consolidação de um sistema inclusivo, na perspectiva de atender às práticas e ações político-pedagógicas que ocorrem desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. Tal trabalho se concentra nas ações de atendimento das necessidades educacionais específicas, as quais visam garantir a relação entre educação comum e especial no atendimento das dificuldades do processo de ensino, concentra-se também na aprendizagem daqueles que precisam de recursos e metodologias diferenciadas para que sua trajetória escolar esteja de acordo com os projetos de lei que regem tais mudanças.

A legislação vigente expõe a questão nos termos mais amplos possíveis; assim, a inclusão escolar abrange todos aqueles que necessitam do sistema educacional, independentemente de idade, gênero, condição social, condição física e mental.

A relevância de discutir o tema inclusão é dar subsídios que possam contribuir para a mudança de paradigma dos sistemas educacionais, uma vez que ainda surgem diversas

dificuldades para fornecer atendimento de qualidade, e acompanhar o aluno com necessidades educacionais específicas nas salas de ensino regular.

É nesse contexto que se pensou em analisar as políticas de inclusão nas escolas, para melhor compreender o trabalho desenvolvido, proporcionando uma visão geral da história da educação especial no Brasil, e uma visão específica do trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais das escolas municipais de Paraíso do Tocantins.

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas públicas de inclusão para as crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nas escolas da rede municipal da cidade de Paraíso do Tocantins, através dos seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico acerca das políticas de inclusão das crianças com NEE, observar o funcionamento da escola, buscando compreender o trabalho desenvolvido pela instituição no atendimento às crianças com NEE, nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins, investigar se há efetividade no funcionamento das salas de recursos multifuncionais, e se elas já possuem materiais e estrutura suficiente para atender às necessidades dos alunos, avaliar o cumprimento das leis e diretrizes em relação à promoção de uma educação inclusiva, por meio da aplicação de um questionário qualitativo.

Material e Métodos

Este trabalho surgiu do interesse de buscar compreender a relação da gestão pública e da inclusão na educação infantil. Para maior compreensão e discussão do tema, foi necessário fazer um embasamento teórico em vários autores, através de livros, revistas e artigos, que deu subsídios para realizar esta pesquisa. Para melhor entender o assunto e sua importância, descreve-se abaixo um breve histórico da educação inclusiva na cidade de Paraíso do Tocantins.

De acordo com relatório do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paraíso do Tocantins, a educação especial no

município teve início na década de 1990, quando ainda não se falava em inclusão, mas na integração das pessoas com deficiência em classes especiais.

Em 1993 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE/Paraíso, e em 1994 foi criada a Escola Especial Luz da Vida. Foi a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que houve melhor aprimoramento da educação especial, não só no município de Paraíso do Tocantins, mas em todo o Brasil. A educação especial da rede municipal de ensino teve início no ano de 2006. A partir de então, a rede municipal passou a receber recursos para capacitação de professores na área de inclusão e para as salas de recursos multifuncionais, que é um espaço organizado com recursos da União, visando à oferta de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como o fortalecimento da inclusão nas salas regulares de ensino. Cita-se que a primeira sala de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino foi inaugurada em 2009, na Escola Municipal Luzia Tavares.

Para a realização deste trabalho foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa que envolve a obtenção de dados descritivos em contato direto com a situação estudada. Sobre pesquisa qualitativa, Dantas (2006, p. 2) destaca:

Tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Foi realizada uma pesquisa de campo com questões abertas e fechadas.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONÇALVES, 2001, p. 34).

Foi realizada uma pesquisa na Secretaria de Educação do município de Paraíso do Tocantins, para verificar a quantidade de escolas da rede municipal que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais. “A população a ser pesquisada ou universo da pesquisa é definida como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum” (MARCONI, 2010, p.1). Dessa forma, o universo dessa pesquisa é formado pelos professores das Salas de Recursos Multifuncionais das escolas da rede municipal de ensino da cidade de Paraíso do Tocantins que disponibilizam esse atendimento.

Como instrumento de coleta de dados, foi realizado um levantamento através de questionários direcionados aos professores das salas de recursos das escolas municipais, conforme a legislação vigente, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas específicas.

A classificação desta pesquisa é descritiva, que, conforme Perovano (2014, p.1),

Visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes.

Para alcançar os objetivos pretendidos, este trabalho se desdobrou nas seguintes etapas: foi realizada uma análise do atendimento das escolas municipais de Paraíso do Tocantins; verificou-se se elas disponibilizam o atendimento a crianças com necessidades específicas, e se esse trabalho de inclusão já é uma realidade nas escolas. A partir do estudo da literatura, da legislação e das normas que tratam do assunto, foi feita uma visita para estudar o funcionamento da escola e das salas de recursos, buscando compreender o trabalho desenvolvido pela instituição. Foi aplicado um questionário aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais das sete escolas municipais que se enquadram nos parâmetros da pesquisa, entre as instituições de educação infantil e ensino fundamental, com o objetivo de conhecer as diferentes concepções da relação professor/aluno e qual sua contribuição para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da criança. Através desses questionários, foi feita uma análise do cumprimento das leis e diretrizes que regem a educação inclusiva, buscando avaliar as necessidades da escola para disponibilizar atendimento de qualidade aos alunos com necessidades específicas.

Resultados e Discussão

Como resultado da visita preliminar à Secretária Municipal de Educação (SEMEC) de Paraíso do Tocantins, foram obtidas informações imprescindíveis para a realização desta pesquisa. Primeiramente, a psicopedagoga responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial do município destacou pontos importantes sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) disponibilizado atualmente nas escolas, sobre a disposição das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), e quantas instituições ofereciam o serviço de atendimento às crianças com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs), apresentando subsídios que possibilitaram a compreensão e análise do funcionamento desses serviços nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins.

Por meio desse diálogo, a psicopedagoga informou que, das onze escolas municipais da cidade, sete disponibilizam Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Através das informações obtidas e com a leitura da legislação e normas que tratam do assunto, foi realizada uma visita às sete escolas que disponibilizam SRM, e foi aplicado um questionário qualitativo às sete professoras responsáveis por essas salas.

Quanto às escolas municipais que não possuem sala de recursos, a responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da SEMEC de Paraíso do Tocantins explica que a Escola Municipal Santa Rosa é uma escola rural que fica localizada no distrito de Santa Luzia, a 27 km de Paraíso do Tocantins, e não possui alunos com NEEs. A SEMEC destaca que a escola ainda não disponibiliza espaço adequado para acomodar a SRM.

A Escola Municipal Vereador José Odete fica localizada no Setor Milena, possui dois alunos com NEEs, que são atendidos na escola mais próxima, Escola Jardim Paulista, a 4 km de distância, ou na APAE/Paraíso. A escola também não dispõe de sala adequada e aguarda pela construção de um espaço físico maior para acomodar a SRM.

A Escola Municipal Pedro Ludovico Teixeira fica localizada na Vila Chapadão, a 4 km do centro da cidade, e possui dois alunos com NEEs, que são atendidos na escola mais

próxima, Escola Jardim Paulista, a 3,5 km de distância. A escola também não dispõe de sala adequada para acomodar a SRM.

A Escola Municipal Luzia Tavares fica localizada no Setor Pouso Alegre e possui SRM, porém está sem professor, o que impossibilitou a aplicação da pesquisa. A SEMEC justifica que espera que, o mais breve possível, consiga alocar um professor para realizar o trabalho na SRM. Contudo, destacou que em 2015 foram dois o número de alunos com NEEs atendidos na escola, e que, enquanto não disponibilizam um professor para a SRM, esses alunos participam no contraturno do AEE na escola mais próxima, que é a Escola Pouso Alegre, a 200 metros de distância.

No plano jurídico, a Nota Técnica – SEESP/GAB/ N.º 11/2010 do Ministério da Educação diz que “a escola que não tiver sala de recursos multifuncionais deverá constar, no Projeto Político Pedagógico, a informação sobre a oferta do AEE em sala de recursos de outra escola pública ou em centro de AEE” (BRASIL, 2010, p. 6).

Apresentam-se aqui os dados coletados que serviram de base para o desenvolvimento deste estudo. Constam os resultados e análises do questionário aplicado às sete professoras das salas de recursos do município.

Questão 1

“O que você acha da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no ensino regular?”

Todas as sete professoras destacaram que é importante e extremamente positivo para o desenvolvimento da criança com NEE estudar no ensino regular. Quatro destas destacaram ainda a interação com as demais crianças como sendo o ponto principal da inclusão e socialização. Elas entendem que a criança que estuda junto com as demais que não possuem NEEs desenvolve o aprendizado, a comunicação, a convivência, a autoestima, entre outros aspectos.

A participante E expôs que “é um grande avanço para a escola incluir esses alunos para serem trabalhados individualmente; eles terão uma aprendizagem que desenvolverá suas necessidades.”

A Inclusão pode ser vista como positiva ao reconsiderar os aspectos das relações sociais, compreende um valor constitucional que deve concretizar a aceitação da diferença humana e respeitar a diversidade cultural e social. É importante o contato com outras pessoas, para o aluno com NEE se aperceber da sua identidade e individualidade em contexto social. É muito mais que um conceito a ser posto em prática, é algo que deve ser introduzido numa consciencialização social para que se obtenha êxito (MARTINS, 2009, p. 2).

Questão 2

“Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEEs no ensino regular?”

Todas as sete professoras responderam que sim. Elas destacaram que acreditam, pois é através da inclusão que esses alunos se desenvolvem, e que são estimulados a manter um melhor contato com as outras crianças. Duas dessas professoras salientaram que também acreditam no processo de inclusão por ser garantido em lei.

A participante B disse acreditar “porque é um direito deles garantido em lei, e porque é através dessa convivência com os demais alunos na classe comum que eles se desenvolvem”.

Questão 3

“Como a SRM pode apoiar o aluno inserido nesse espaço?”

Todas as professoras explanaram a ideia que, dentro da SRM, elas realizam um atendimento individual, que identifica as dificuldades e necessidades de cada aluno de acordo com sua NEE. A partir daí, elas trabalham especificamente a dificuldade do aluno usando recursos lúdicos e tecnológicos, a fim de suprir a necessidade de cada um deles.

Conforme a participante C, “a SRM pode apoiar o aluno através de atividades voltadas para o desenvolvimento de suas necessidades”.

Para o Ministério da Educação:

Esses alunos que, muitas vezes, não têm encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, poderão ser beneficiados com os

recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas, utilização de linguagens e códigos aplicáveis e pela abordagem pedagógica que possibilite seu acesso ao currículo (BRASIL, 2006, p.16).

Questão 4

“Quais recursos materiais poderiam facilitar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com NEEs?”

Todas as professoras destacaram a necessidade de algum tipo de material que poderia facilitar esse processo de ensino: material pedagógico e tecnológico, material didático, material em BRAILLE e LIBRAS, mesas adaptadas para trabalhar com alguns alunos com necessidade motora e de locomoção, material específico para trabalhar com deficiência visual, jogos, recursos lúdicos e brinquedos.

Quanto ao fornecimento do material às escolas, compete ao Ministério da Educação fazê-lo. O MEC adquire móveis, equipamentos e materiais para as salas de recursos multifuncionais por meio de processo licitatório realizado pelo FNDE.

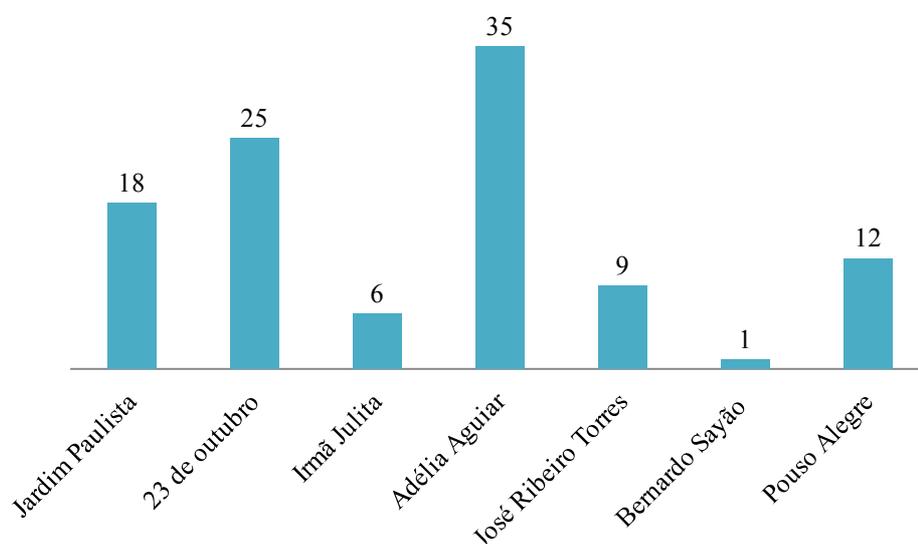
A doação dos itens se configura em entrega de bens do patrimônio público para guarda e cuidados dos beneficiários. O Contrato de Doação dos bens das salas de recursos multifuncionais é formalizado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP, que encaminha em três vias para assinatura do titular da Secretaria de Educação (BRASIL, 2010, p.15).

Conforme as participantes, nas escolas municipais de Paraíso do Tocantins nem todos os materiais chegaram, faltam principalmente equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos.

Questão 5

“Número de alunos atendidos na SRM?”

Segundo as professoras da rede municipal de Paraíso do Tocantins, este é o total de alunos atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais de cada escola do município:

GRÁFICO 1 – Número de alunos atendidos na SRM⁴

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Segundo o Censo Escolar 2015, na educação especial do município de Paraíso do Tocantins, foi matriculado o seguinte quantitativo de alunos:

QUADRO 1 - Número de alunos com necessidades específicas matriculados em Paraíso do Tocantins em 2015

	Matrícula inicial							
	Educação especial (alunos de escolas especiais)							
	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Municipal Urbana	0	0	3	0	60	1	0	0
Municipal Rural	0	0	1	0	2	0	0	0

Fonte: Inep/Censo Escolar (2015).

O número de alunos computados pelo censo diz respeito às matrículas em sala regular. Nem todos os alunos com NEE frequentam necessariamente a SRM de sua escola, podendo participar do AEE em outra escola ou na APAE/Paraíso. O número informado pelo censo é menor que o número informado pelas escolas, porque as SRM atendem crianças da própria escola como também de outras, tanto da rede municipal quanto da rede estadual.

⁴ - O número corresponde à quantidade de alunos ao final do ano letivo de 2015.

Questão 6

“Com qual frequência o aluno deve ir para a SRM?”

Todas as professoras responderam que os alunos vão à SRM duas vezes por semana, duas horas por dia, no contraturno escolar.

Contudo, segundo a Secretaria de Educação do Município, esse tempo pode variar de acordo com a necessidade do aluno, devendo ser seguido um programa elaborado de acordo com as especificidades de cada aluno. Cada tipo de NEE demanda um tipo de atendimento específico, podendo ser atendidos pequenos grupos de alunos, ou um aluno individualmente.

Questão 7

“Como tem sido as presenças/ausências dos alunos com NEEs na SRM?”

Três professoras responderam que os alunos são assíduos, e que as faltas quando ocorrem são por motivos de saúde, e sempre são justificadas pela família. Outras três professoras responderam que, nas salas onde trabalham, os alunos não são assíduos e destacam que o motivo é a falta de estímulo dos pais e familiares, que não levam as crianças para participar do AEE na SRM. Uma professora destacou os dois motivos supramencionados para justificar a constante falta dos alunos na SRM.

As faltas na SRM não são passíveis de reprovação, porém é importante destacar que a família precisa assumir suas responsabilidades na escolarização de seu filho. Para tanto, cumpre: mostrar interesse pela aprendizagem, acompanhar as tarefas escolares para serem realizadas em casa, ajudar na assiduidade e frequência dos filhos, tanto na classe comum, como na SRM.

Questão 8

“O professor da SRM recebe algum suporte de outros profissionais?”

Todas as professoras responderam que não recebem suporte de outros profissionais, apenas acompanhamento interno da coordenação, e algumas delas cuidam pessoalmente da parte da higiene e alimentação das crianças que atendem na SRM.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10, as escolas regulares que oferecem o AEE devem dispor de outros profissionais que auxiliem em sala de aula, como tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete, e outros que atuem no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção.

Questão 9

“Existe a necessidade de um profissional dando suporte na SRM?”

Três professoras responderam não achar necessário um profissional dando suporte na SRM, e justificaram que a equipe escolar consegue ajudá-las; além disso, afirmaram trabalhar a autonomia dos alunos, e que muitos deles já conseguem fazer suas atividades sozinhos. Uma professora destacou que, devido ao pouco número de alunos em sua sala, ela mesma consegue auxiliá-los. Outras três professoras responderam que sim, que há a necessidade de um profissional para ajudá-las, na higiene, locomoção e alimentação das crianças.

A SEMEC informou que já disponibilizou, no primeiro semestre de 2016, acompanhantes para auxiliar em algumas escolas, conforme Tabela 1.

TABELA 1

Número de acompanhantes nas escolas

	Escola	Nº de alunos	Nº de acompanhantes
1	Adélia Aguiar	7	6
2	Irmã Julita	4	3
3	Jardim Paulista	2	2
4	José Ribeiro Torres	2	1
5	Pedro Ludovico	2	1
6	Pouso Alegre	1	1
7	Vereador José Odete	2	2
8	23 de Outubro	8	6

Fonte: SEMEC (2016).

O número de acompanhantes corresponde à quantidade de alunos que possuem determinadas NEEs que os impossibilitam de realizar certas atividades sozinhos, relacionadas à alimentação, higiene e locomoção.

Para cada sala de aula regular faz-se necessário um acompanhante, e no contraturno esse acompanhante auxiliará os mesmos alunos na SRM.

Questão 10

“Você recebeu algum tipo de capacitação para trabalhar com crianças com NEEs?”

Todas as professoras responderam que sim, e destacaram as capacitações no atendimento a portadores de necessidade intelectual, formação de gestores e educadores do programa inclusão escolar, e formação em métodos e materiais pedagógicos como sendo as capacitações que mais as ajudaram a trabalhar com crianças com NEEs.

Nesse sentido é importante ressaltar que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2013, p.13).

Questão 11

“Acha que o município pode oferecer mais cursos de capacitação para os professores?”

Todas responderam que sim, seis delas demonstraram o interesse em receber uma capacitação em LIBRAS, mas também destacaram que seria necessário se capacitar para atender crianças autistas, portadoras de necessidades visuais, necessidades auditivas, aprender BAILLE, e participar de oficinas que ensinem a confeccionar fichas pedagógicas e matérias de fácil compreensão dos alunos.

A SEMEC informou que está sempre disponibilizando formações e capacitações aos professores das SRMs, e que nesse início de ano já tem agendada uma capacitação para trabalhar com portadores de necessidades auditivas.

Questão 12

“Você considera que a escola vem seguindo as leis e os decretos que regem a educação inclusiva?”

Das professoras pesquisadas, seis disseram que as escolas estão se adequando às leis e decretos que regulamentam a inclusão educacional; algumas justificaram suas respostas, destacando a falta de alguns materiais e equipe de apoio para auxiliá-las nas salas. Apenas uma professora respondeu que sim.

Questão 13

“Na sua opinião, o que falta para melhorar o atendimento aos alunos quanto à estrutura física da escola?”

Seis professoras destacaram pontos importantes sobre o que falta na escola onde trabalham; um dos aspectos mais citados é a falta de estrutura física, ou seja, a falta de espaço. Algumas salas são pequenas e mal comportam a professora e o aluno. Também foi citada a necessidade de reformas nos banheiros, que não são adaptados, a adequação das portas, que são pequenas para a passagem, e melhoria das rampas. Apenas uma professora respondeu que a estrutura de sua escola está adequada.

Questão 14

“Hoje qual a maior dificuldade encontrada no trabalho com alunos com NEE?”

Duas professoras destacaram que encontram muita dificuldade em lidar com as famílias das crianças, pois muitas têm resistência em aceitar a deficiência do filho, e muitas vezes se negam a levar a criança para a SRM. Uma dessas professoras destacou, ainda, que os pais ou familiares negam o atendimento clínico e psicológico para os seus filhos, o que impede a escola de disponibilizar AEE na SRM. Uma professora respondeu que a maior dificuldade no

trabalho com alunos com NEE são as ausências das crianças. Outras duas professoras responderam que a falta de comprometimento dos pais e familiares em levar as crianças para SRM no contraturno escolar tem sido a maior dificuldade nesse trabalho. Outra professora destacou que não ter as capacitações necessárias para atendimento dos alunos com NEEs tem sido sua maior dificuldade. E uma professora disse não encontrar nenhuma dificuldade.

A responsável pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da SEMEC de Paraíso do Tocantins explicou que nenhum aluno pode ser atendido na SRM sem a autorização e o consentimento dos pais ou responsáveis. A escola, ao identificar alguma dificuldade de aprendizado do aluno, ou algum tipo de necessidade especial que ele possua, comunica à direção, que faz contato direto com o Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial da Secretaria de Educação, que disponibilizam duas profissionais: uma psicopedagoga e uma psicóloga para acompanhamento dessa criança. Essas profissionais entram em contato com os pais ou responsáveis, que devem ir até à escola. Elas informam-lhes as necessidades e dificuldades da criança, e solicitam autorização para disponibilizar atendimento clínico a ela. Se os pais concordarem, eles respondem um formulário passando a maior quantidade de informações possíveis a respeito do aluno, como características genéticas, ou casos de doenças na família, além de explanarem como é o comportamento dessa criança em casa e com os familiares e amigos. A partir daí, é feito um atendimento psicológico. Reconhecida a necessidade de atendimento clínico, essa criança é encaminhada para especialistas como fonoaudiólogos, neurologistas, ortopedistas, oftalmologistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em seu artigo 2º, dispõe que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, os pais devem oferecer a seus filhos plenas condições de acesso à educação, para que haja um bom aproveitamento deste processo. Faz parte dessa responsabilidade garantir às crianças com NEEs o AEE oferecido no contraturno escolar.

Questão 15

“Frequentar a classe comum e a SRM é suficiente para responder às necessidades dos alunos com NEEs?”

Seis professoras responderam que não, que apenas frequentar a sala comum e a SRM não é suficiente para atender às necessidades dos alunos com NEE. Elas destacaram alguns pontos que seriam necessários para responder às necessidades dos alunos, sendo o principal deles o atendimento clínico, que hoje é realizado apenas nas policlínicas do município. Seriam necessários atendimentos médicos e psicológicos periodicamente, e a disponibilização de um acompanhamento constante ao aluno, e não apenas quando o caso se agrava. Três dessas professoras destacaram, ainda, que falta mais dedicação das famílias das crianças com NEEs. Elas também destacaram que a junção do ensino na sala comum ao atendimento na SRM, ao acompanhamento clínico e à dedicação das famílias seria o ideal para atender os alunos com NEEs nas escolas. Uma professora respondeu que sim, que apenas o atendimento na sala comum e na SRM é suficiente.

Questão 16

“Há algum outro aspecto sobre o atendimento dos alunos com NEE na escola que você gostaria de destacar?”

Todas as sete professoras das SRM das escolas municipais de Paraíso do Tocantins concordam que receber o aluno com NEE na escola regular é um grande avanço na inclusão escolar. Hoje, esse trabalho é uma realidade em algumas escolas. A participante D destaca que, “depois que a SRM veio para a escola, os professores se envolveram mais com as NEEs de cada aluno”. Elas relatam que a escola vem se desenvolvendo quanto ao atendimento dessas crianças e aos poucos vem conseguindo disponibilizar atendimento de qualidade e já são perceptíveis as mudanças de comportamento dos alunos com NEE, e o desenvolvimento na aprendizagem. Todas elas salientam que a falta de mais capacitação e especialização, mais materiais e estrutura adequada, reforma nas rampas de acesso às salas e banheiros, bem como a ausência de uma comunicação melhor com as famílias, pode atrasar esse desenvolvimento da escola na busca por um atendimento educacional específico de qualidade.

Conclusões

Com relação à proposta do trabalho, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados. Um dos problemas iniciais do trabalho era averiguar se a rede municipal de ensino de Paraíso do Tocantins estaria de fato desenvolvendo as políticas de inclusão de pessoas com necessidades específicas propostas e regulamentadas nas leis. Sobre esse questionamento, as análises apontam que as escolas municipais têm buscado desenvolver as políticas de inclusão, e possuem conhecimento das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Os avanços da qualidade da educação especial, no contexto da política de inclusão desenvolvida pelo município, são evidenciados pelas melhorias alcançadas ao longo de sua história, muito embora os desafios apontem a necessidade de investimentos no setor, de modo a promover: a construção e ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal; a acessibilidade arquitetônica, por meio de reforma nas rampas de acesso à escola; a adequação da infraestrutura escolar; a adaptação dos banheiros; a aquisição de material avaliativo, pedagógico e tecnológico acessível e adaptado às necessidades dos alunos; os recursos para manutenção dos equipamentos das SRMs; a formação continuada e a capacitação aos professores das salas de recursos, salas regulares de ensino e equipe escolar; a disponibilização de atendimento clínico periodicamente; a presença de acompanhantes tanto em sala comum como nas SRMs; e principalmente uma forma de comunicação mais rápida e eficiente com as famílias dos alunos, que hoje se configura como a grande dificuldade das escolas em oferecer um atendimento especializado para as crianças com NEEs, devido à resistência dos familiares. Deve-se ainda desenvolver um canal de comunicação que faça com que a escola estabeleça um diálogo permanente com as famílias, de forma a garantir a responsabilidade e estabelecer os compromissos que deverão ser assumidos por ambas as partes para o pleno desenvolvimento do aluno e de seu processo de aprendizagem.

Portanto, a família é responsável em direcionar as crianças com e sem deficiência nos aspectos sociais e educacionais. Dessa maneira, é necessário observar individualmente cada caso e analisar o quanto a atitude da família afeta o desenvolvimento do aluno, e constatar se a escola já tentou todas as possibilidades de diálogos. Nestes casos, é legítimo que se use a legislação para que os direitos das crianças sejam cumpridos.

Todavia, para que a inclusão aconteça, não basta estar garantido em lei, mas necessita de modificações relevantes e significativas na rede escolar e na comunidade. Antes de incluir, é preciso sensibilizar. Ao realizar esta pesquisa em escolas que trabalham com inclusão, são perceptíveis as mudanças ocorridas ali, não só para a criança com algum tipo de necessidade especial, mas para toda a equipe escolar, professores, funcionários e principalmente para os demais alunos, que desde pequenos estão lidando com uma experiência que lhes permite aprender, compartilhar e ajudar. É notório como as crianças são livres de preconceito e dispostas a ajudar a qualquer momento. Elas aceitam qualquer tipo de diferença e se colocam no lugar do outro, de modo a conviver bem com o colega que tem dificuldades. Os envolvidos percebem que o diálogo vai muito além do falar, pois abrange sinais, olhares e até silêncios. A inclusão é mais que uma lei ou uma determinação, é um privilégio de conviver com as diferenças.

Ainda cabem muitas mudanças no nosso sistema de ensino e principalmente na sociedade, mas esse processo deverá ser gradual, planejado e contínuo, para garantir uma educação de qualidade e atendimento especializado a todos que precisam.

Referências

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação**: Programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Secretaria de Educação Especial/SEESP, 2010. p. 15.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado, 2006. p.16.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 02/2001, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2001.

CORDEIRO, K. **Inclusão escolar**: um direito humano. Nov. 2015. Disponível em: <<http://nossacausa.com/inclusao-escolar-um-direito-humano>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

DANTAS, M. **Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa**. CCIMP. Recife, 2006

GONÇALVES, E. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MARCONI, M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, A. **A inclusão de alunos com NEE**. Revista Associação Portuguesa de Investigação Educacional, Porto, Portugal, p. 2, 2009.

PARAÍSO DO TOCANTINS. Secretaria Municipal de Educação. Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial. **Histórico da educação especial do município de Paraíso do Tocantins**. Paraíso do Tocantins, 2015. p. 1-4.

PARIS, F. **Para se desenvolver mais**: a criança com deficiência deve estudar em escola regular. **O Sol Diário**, Itajaí, maio 2014. Disponível em: <<http://osoldiario.com.br/sc/noticia/2014/05/para-se-desenvolver-mais-a-crianca-com-deficiencia-deve-estudar-em-escola-regular-4499455.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PEROVANO, D. **MANUAL DE METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA**. EDITORA: JURUÁ, 2014. M

SÁ, E. **Necessidades educacionais especiais**. 2010. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/necessidadesespeciais>>. Acesso: em 20 dez. 2015.

SÁNCHEZ, P. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, out. 2005, p.7.